

EDITORIAL

Em tempos de crise econômica, social e moral, o Brasil vive tempos de reformas. O atual governo já aprovou a famosa Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 ou 55 que fixa pelos próximos 20 anos o teto para gastos públicos em todas as áreas. Ainda, tenta aprovar as reformas tributária e da previdência social.

Como podemos avaliar tais reformas em face ao tamanho envolvimento de membros do legislativo e executivo federal em escândalos de corrupção? O que move o governo e o Congresso Nacional? As reformas propostas tem qual (is) objetivo (s)? Podemos crer em um futuro melhor para nossos filhos e netos em face a tais mudanças constitucionais? Teremos um país equânime e justo para com os entes da Federação e a população em geral?

Me parece que essas respostas teremos daqui a alguns anos quando então de fato estaremos percebendo no nosso dia a dia os efeitos das reformas já votadas e as que virão. O fato é que precisamos de reformas, mas a que custo? As benesses da classe política brasileira serão eliminadas ou diminuídas? O judiciário brasileiro deixará de ganhar acima do teto constitucional com os múltiplos benefícios agregados (exemplo auxílio moradia) que esta classe insiste em dizer que não é salário?

Quem pagará o preço das reformas? Seguramente podemos dizer sem hesitar que a população brasileira, pois o financiamento do Estado brasileiro se dá pela via de arrecadação de impostos. Porém, devemos dividir a conta, pleiteando reformas em todos os níveis executivo, legislativo, judiciário, militares, Ministério Público, etc, sem que o ônus das reformas recaia majoritariamente sobre os trabalhadores da iniciativa privada e pensionistas. Os privilégios devem ser revogados em todos os níveis, como forma de dar legitimidade e transparência as reformas. É possível? Que seja a reforma do Brasil e não da maioria populacional que é a minoria pela via do poder. Sejamos vigilantes.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Gustavo Roes Sanfelice

Editor chefe da Revista Conhecimento Online